



Edição nº 1700 | 02 / 03 / 2006 | [Edições Anteriores](#)

☐ Publicidade



HOME : ENTENDA

O limite do impacto do Bolsa Família

Por André Soliani

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, não foram, felizmente, a principal explicação para a queda na desigualdade social desde 2001. O "felizmente" da frase anterior não foi motivado por considerações como a do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella Agnelo, que sugeriu que o programa do governo pode não passar de "politicalha" para ganhar votos. Projetos de renda mínima, como o Bolsa Família e o antigo Bolsa Escola, representam um avanço institucional no combate à indigência.

A notícia de que a contribuição do Bolsa Família é pequena é boa por causa do limite orçamentário que programas de transferência de renda passarão a enfrentar. "Se a explicação da queda na desigualdade for ligada aos programas de transferência de renda, esta poderá ser mantida apenas mediante aumentos na cobertura e orçamentos destes programas, o que será crescentemente difícil, dada a situação fiscal", resume o relatório do Ipea, de autoria do pesquisador Sergei Suarez Dillon Soares.

A melhora na distribuição de renda, que explica boa parte da redução da pobreza no país, se deve a mudanças no mercado de trabalho. Soares estima que 3/4 da redistribuição de renda entre 2001 e 2004 vieram de mudanças no mercado de trabalho. Os programas de renda mínima respondem por apenas 1/4 da mudança. O ano retrasado foi aquele em que o país teve a melhor distribuição de renda pelo menos desde 1984, segundo o Ipea.

A pesquisa não discute por que o mercado de trabalho teria se tornado mais favorável aos mais pobres, que compõem uma oferta de mão-de-obra de baixa qualificação. Aventa algumas hipóteses:

- Entre 1994 e 2004, o salário mínimo, que influencia a renda dos trabalhadores informais, teve aumentos sempre acima da inflação.
- Houve uma melhora na economia que aumentou a contratação de trabalhadores formais, mesmo com baixa qualificação.
- O ajuste no mercado de trabalho ao longo dos anos 1990 foi excessivo, e os empresários estariam recontratando.
- Houve uma elevação na oferta de mão-de-obra qualificada que reduziu a diferença entre os salários mais altos e os baixos.

Para as conclusões de Soares, não é relevante saber o que provocou a redistribuição da renda no mercado de trabalho. O essencial é que, apesar da importância das políticas sociais compensatórias, a economia foi a principal responsável pelas mudanças.

O peso da economia

O economista Marcelo Neri, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad) de 2004, concluiu que a porcentagem de

PROCU

Pr

ENVIAR

Seu

Seu

E-mail de

Corr

brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza caiu de 27,3% em 2003 para 25,1% em 2004. O pesquisador da FGV estima que 1/3 da melhora se deveu ao crescimento econômico. O restante foi alcançado graças à distribuição de renda.

Cruzando as estatísticas de Neri com as de Soares chega-se à conclusão de que algo como 5/6 da queda da pobreza não se devem à intervenção direta do Estado, transferência de renda do tipo Bolsa Família (é uma estimativa pouco precisa, pois os dados de cada pesquisador se referem a períodos diferentes). Mas é seguro dizer que o crescimento econômico e o mercado de trabalho são, de longe, os principais responsáveis pelos avanços na redistribuição.

A conclusão não deve desqualificar nem a importância do Bolsa Família nem a do Estado na economia. O programa é essencial para o país, dada a amplitude da pobreza e da desigualdade. Mas, uma vez que há restrições orçamentárias, é preciso ter claro que não se eliminará a pobreza e a desigualdade com transferência de renda. O papel do Estado também não deixa de ter importância. O crescimento econômico e o próprio mercado de trabalho são influenciados por decisões do Estado.

[soliani@primeiraleitura.com.br]

Publicado em 2 de março de 2006.

HOME : ENTENDA